


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **4000723-48.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 27/10/2014 11:32:32 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

MARIA NAZARÉ FERREIRA propõe ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**. Sustenta que ao realizar compra no comércio, descobriu que seu nome estava negativado em órgãos restritivos, a pedido da ré, por conta do suposto inadimplemento de contas de energia elétrica. Tais contas diriam respeito a uma instalação efetuada em nome da autora no imóvel situado na cidade de Rincão, na Rua José Pavoni, 650. Ocorre que a autora jamais residiu naquela cidade. Não contratou com a ré. A dívida não existe. Sob tais fundamentos, **pediu** a declaração de inexistência do débito, o cancelamento da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

A tutela antecipada foi concedida para que os órgãos de proteção ao créditos excluíssem as negativas (fls. 24/26).

A ré, em contestação (fls. 33/58), sustenta que não cometeu qualquer ilegalidade, uma vez que, quando solicitado o fornecimento de energia elétrica ao imóvel, foram fornecidos os dados pessoais da autora. A conduta da ré, portanto, foi lícita e baseada nos dados que lhe foram transmitidos. Pode ter ocorrido fraude, cometida por terceiro, hipótese em que a ré tão vítima quanto a autora. A ré, por consequência, não tem responsabilidade pela inscrição eventualmente indevida. Há fato de terceiro e não estão presentes os requisitos necessários para a responsabilização da ré. Se não bastasse, não ocorreram danos morais. Subsidiariamente, a indenização deve ser arbitrada com razoabilidade.

Houve réplica (fls. 71/75).

As partes foram instadas a especificar prova, postulando a autora pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

produção de prova oral, e a ré pelo julgamento antecipado (fls. 79, 80).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é parcialmente procedente.

A autora alega que nunca contratou com a ré. Trata-se de fato negativo, não havendo como a autora comprovar a ausência de contratação. Cabia à ré, portanto, comprovar tal fato positivo. Não o fez. Assim, conclui-se com segurança que de fato a autora não contratou, tendo ocorrido, possivelmente, fraude praticada por terceiro.

Acolhe-se, à evidência, o pedido declaratório, pois a autora nada deve à ré.

Em consequência, acolhe-se o pedido de exclusão da inscrição indevida.

Todavia, não merece acolhimento o pedido de indenização por danos morais, por aplicação da Súm. 385 do STJ, segundo a qual "da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

No caso em exame, observamos às fls. 86/87 que (a) as negativas promovidas pela ré foram disponibilizadas em março/2009, e excluídas em agosto/2010 (b) todavia, já havia inscrições prévias relativas a cheques sem fundos, e, particularmente, uma delas foi inscrita em 29/11/2007 e excluída somente em 05/07/2011 (a terceira da lista dos cheques sem fundos de fls. 86); não bastasse, ainda havia inscrições anteriores de pendências bancárias, promovidas pelo Banco Bradesco, com disponibilização em setembro e outubro de 2006, e exclusão somente em julho e agosto de 2011; por fim, inúmeros protestos inscritos em janeiro de 2007 somente foram excluídos da anotação na Serasa em janeiro/2012.

As partes foram intimadas, fls. 88, a manifestarem-se sobre o ofício.

A autora silenciou.

Conclui-se que havia inscrições prévias legítimas, que já impediam o acesso ao crédito pela autora, no mercado, de maneira que esta negativação, discutida nos autos, não lhe acarretou danos morais.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e: EXCLUO definitivamente as negativas promovidas pela ré, em discussão nos autos, confirmando a liminar que havia sido concedida; DECLARO a inexistência de qualquer débito, da autora perante a ré, por conta do fornecimento de energia elétrica ao imóvel situado em Rincão.

Houve sucumbência recíproca e igual. Cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observada a AJG em relação à autora. Os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
